
	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CONTRATO N.º 002/2020/FSCMP
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 056/2019/FSCMP

CONTRATO DE COMPRA DE MATERIAL TÉCNICO HOSPITALAR - LABORATORIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA PHADIA DIAGNÓSTICOS LTDA, NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDA:

A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMP órgão da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, com personalidade, jurídica de direito público, sito à Rua Oliveira Belo, 395, bairro do Umarizal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04. 929.345/0001-85, neste ato representado por sua Presidente em Exercício, **Dra. WALDA CLEOMA LOPES VALENTE DOS SANTOS**, brasileira, casada, Enfermeira, COREN n.º 99193/PA, inscrito no-CPF/MF sob o n.º 593.365.602-04, residente e domiciliada nesta cidade de Belém/Pará, no Condomínio Altos de Pinheiro, 1650, Rua Paraguai, Lote 11, Casa 32, Bairro da Pratinha, CEP: 66.816-820, designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **PHADIA DIAGNÓSTICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.930.429/0004-81, estabelecida na Rod. Antonio Heil, 4999, Km 4 parte 3-E, Itaipava, Itajai/SC, CEP: 88 316-003, Telefone: (11) 2730-3094, neste ato por sua representante legal, **Sr. FABIO ARCURI DE CARVALHO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 093.755.188-09, portador da Cédula de Identidade nº 13.551.942-SSP-SP, doravante designada simplesmente CONTRATADA, tem, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e em conformidade ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, este Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 056/2019/FSCMP, nos autos do processo administrativo s/n.º/2019, e-protocolo nº 2019/227661, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

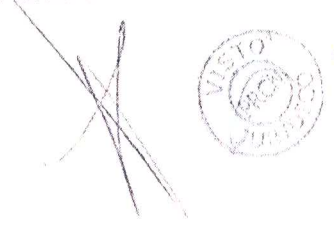
1.1- O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 056/2019/FSCMP e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1- A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer n.º 161/2019-PROF, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1- O presente Contrato tem como objeto a **Compra de Material Técnico Hospitalar - Laboratorial**, de acordo com o Memo. nº 126-GLAB/FSCMP, Memo. nº 46/2019-GLOG-FSCMP, Termo de Referência, Proposta da CONTRATADA e conforme discriminação abaixo:





	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

ANEXO III

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES.	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
16	MEIO DE CULTURA, CALDO VERDE BRILHANTE, 2%, DESIDRATADO, 500G	FR	OXOID	25	328,00	8.200,00

3.2- ESPECIFICAÇÃO:

3.2.1- Conforme Anexos deste Contrato. Deverão ser licitados em Lote: **ANEXO I – LOTE I** (itens 01 a 04); **ANEXO II - LOTE II** (itens 05 a 10); **considerando a compatibilidade dos itens para uso. O ANEXO III** (itens 11 a 17) segue a sequencia normal da licitação por item.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1- A CONTRATADA obriga-se a vender e entregar os produtos objeto deste Contrato, solicitados em parcelas através da emissão de Nota de Empenho, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a emissão e recebimento da Nota de Empenho; devendo ser obedecido o prazo de entrega previsto em edital, no endereço da CONTRATANTE, sito à Rua Oliveira Belo, n.º 395, Bairro Umarizal, Belém-PA, CEP: 66050-380, na Gerência de Almoxarifado Central, no horário de 8h às 15h, de segunda à sexta-feira.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA VIGÊNCIA

5.1- O valor do presente Contrato é de **R\$ 8.200,00 (Oito Mil e Duzentos Reais)** de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura.

5.2- Estão incluídos no preço referente à venda dos produtos todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes e demais despesas necessárias a satisfatória venda dos mesmos.

5.3- Em caso de prorrogação de prazo, o valor do Contrato poderá sofrer reajuste, sendo aplicado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no art. 40, XI, e art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93, com análise prévia dos setores contábil, orçamentário e jurídico da CONTRATANTE.



*



	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1- O pagamento será efetuado através de transferência bancária a ser efetivada para a conta corrente da CONTRATADA, a ser informada na oportunidade da entrega do produto, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a aceitação definitiva dos produtos por parte da CONTRATANTE e, da entrada da Nota Fiscal na Gerência Financeira da CONTRATANTE.

6.2- Caso haja erros na quantidade ou na qualidade do produto entregue pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reserva-se o direito de não realizar o pagamento dos produtos até a regularização das pendências da entrega, caso em que a CONTRATADA não terá direito a atualizações monetárias em seu pagamento.

6.2- Caso a conta bancária da CONTRATADA informada não seja pertencente ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARA será descontado do valor a ser pago a esta, o custo da transferência bancária da importância a que a mesma faz direito, a ser creditada em sua conta corrente pertencente a outra instituição financeira.

6.3- Caso haja alguma irregularidade detectada pela CONTRATANTE na quantidade ou especificação dos produtos entregues pelo contratado aquela reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências apontadas hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

6.4- Na oportunidade do pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação da licitação, conforme estabelece o artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo comprovar a sua atual regularidade com das Fazendas Públicas Federal (representada pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - CND), Estadual e Municipal, e com o FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1- Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Funcional Programática: 10.302.1427.8288;

Fontes de Recursos: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0669, 0669003264, 0669006841, 0669006842 e 0669006962;

Elemento De Despesa: 339030;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- São responsabilidades da CONTRATADA:

8.1.1- Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos;





	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

8.1.2- Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue;

8.1.3- A entrega do objeto deve ser com nota fiscal eletrônica de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual);

8.1.4- A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Contrato e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação do erro;

8.1.5- Fornecer produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante, e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações;

8.1.6- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.

8.1.7- Aceitar na mesma condição contratual, o acréscimo ou supressão que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente licitado, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93;

8.1.8- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

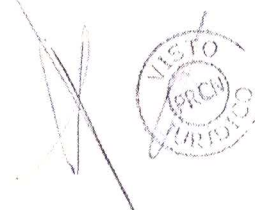
9.1- São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1- Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, às especificações constantes neste Contrato.

9.1.2- Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Contrato, para que sejam adotadas as medidas correlativas necessárias, no prazo de cinco dias úteis;

9.1.3- Proceder o atesto das notas fiscais através da Gerência do Almojarifado Central e encaminhar para pagamento;

9.1.4- Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega dos materiais.



X



	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1- Conforme previsto no caput do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, combinado com o disposto no caput do artigo 11 da Lei Estadual n.º 6.474/2002, e artigo 29 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, o instrumento de Contrato administrativo decorrente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso assumido no presente certame, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF do Governo Federal, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a CONTRATANTE, sem prejuízo das multas previstas na cláusula seguinte e demais cominações legais.

10.2- O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará o fornecedor à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme **previsto nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93**, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

10.3- Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO

11.1- A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a rescisão, em conformidade ao disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e aplicações de sanções administrativas previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1- Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;





	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato;

VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

XIX - a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidente da CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII - a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

XVIII - descumprimento da proibição Constitucional de manter menor de dezoito anos idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e a de dar qualquer trabalho a menores de dezesseis anos trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3- A rescisão do Contrato poderá ser:



[Handwritten signature]



	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1- Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2- E, para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

Belém/PA, 09 de janeiro de 2020.

1

Dra. WALDA CLEOMA LOPES VALENTE DOS SANTOS
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
CONTRATANTE

Sr. FABIO ARCURI DE CARVALHO
REPRESENTANTE
PHADIA DIAGNÓSTICOS LTDA
CONTRATADA



CONTRATO**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2020-HOL**

Objeto: fornecimento do medicamento NIVOLUMABE.
 Valor total: R\$ 104.476,61 (cento e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos)
 Data Assinatura: 13/01/2020
 Vigência: 13/01/2020 até 12/01/2021
 Inexigibilidade de Licitação nº 002/2020 – Processo nº 2019/459.808
 Orçamento: 10.302.1507.8880.3390.30 FONTE: 0103/0269
 Contratado: BRISTOL-MYERS SQUIB FARMACEUTICA LTDA, com sede na Rod. Coronel – Polícia Militar Nelson Tranchesi, nº 1730 – Galpão 3 – Parte 2- Itaqui, Itapevi/SP, CEP: 06.696-110, Fone: (11) 3882-2104/2177/2720/2287/2187, e-mail: licitacao@bms.com, inscrita no CNPJ sob o nº 56.998.982/0031-22.
 Ordenador: JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA

Protocolo: 515399**TORNAR SEM EFEITO****TORNAR SEM EFEITO**

Tornar sem efeito a publicação de Protocolo 515104 publicada no Diário Oficial do Estado nº 34091 de 16/01/2020, que trata do Fiscal de Contrato Administrativo nº 130/2018 – HOL, firmado com a empresa HOSPITAL PORTO DIAS e DIAGNOSIS CENTRO DE DIAGNÓSTICOS LTDA. Processo nº 2015/411974.
 JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA
 Diretor Geral

Protocolo: 515279

FUNDAÇÃO SANTA CASA
 DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR**EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO**

Servidor (A): BRUNA LOPES BARBOSA
 ID. FUNCIONAL: 5938648/1
 Ato: Termo de Distrato
 Término de Vínculo: 20/12/2019
 Tipo de Vínculo: Contrato Temporário
 Motivo: A PEDIDO DO SERVIDOR
 Órgão: Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
 Cargo: MÉDICO
 Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
 Belém, 16 de JANEIRO de 2020.

Protocolo: 515465**CONTRATO****CONTRATO: 003/2020**

Exercício: 2020
 Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar - Laboratorial.
 Valor: R\$ 117.168,00
 Data de Assinatura: 09/01/2020
 Vigência: 09/01/2020 a 09/01/2021
 Pregão Eletrônico SRP nº 56/2019/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0669, 0669003264, 0669006841, 0669006842 e 0669006962; Elemento de Despesa: 339030;
 Contratado: PLAST-LABOR IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E LABORATÓRIO LTDA
 CNPJ/MF sob o nº 31.864.051/0001-95
 Endereço: Rua Vaz da Costa, 103, Inhaúma, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.760-510 Telefone: 2125010888
 Ordenador: Walda Cleoma Lopes Valente dos Santos
 Presidente da FSCMP em Exercício

Protocolo: 515312**CONTRATO: 005/2020**

Exercício: 2020
 Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar - Laboratorial.
 Valor: R\$ 21.460,00
 Data de Assinatura: 09/01/2020
 Vigência: 09/01/2020 a 09/01/2021
 Pregão Eletrônico SRP nº 56/2019/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0669, 0669003264, 0669006841, 0669006842 e 0669006962; Elemento de Despesa: 339030;

Contratado: SILSUL COMÉRCIO LTDA - EPP
 CNPJ/MF sob o nº 57.359.168/0001-05
 Endereço: Rua Júlio de Castilhos, 535, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03.059-001
 Telefone: 1126181711
 Ordenador: Walda Cleoma Lopes Valente dos Santos
 Presidente da FSCMP em Exercício

Protocolo: 515320**CONTRATO: 002/2020**

Exercício: 2020
 Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar - Laboratorial.
 Valor: R\$ 8.200,00
 Data de Assinatura: 09/01/2020
 Vigência: 09/01/2020 a 09/01/2021
 Pregão Eletrônico SRP nº 56/2019/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0669, 0669003264, 0669006841, 0669006842 e 0669006962; Elemento de Despesa: 339030;
 Contratado: PHADIA DIAGNÓSTICOS LTDA
 CNPJ/MF sob o nº 04.930.429/0004-81
 Endereço: Rod. Antonio Heil, 4999, Km 4 parte 3-E, Itaipava, Itajai/SC, CEP: 88.316-003
 Telefone: 1127303094
 Ordenador: Walda Cleoma Lopes Valente dos Santos
 Presidente da FSCMP em Exercício

Protocolo: 515311**CONTRATO: 362/2019**

Exercício: 2019
 Objeto: Compra Produtos de Nutrição Enteral.
 Valor: R\$ 935,88
 Data de Assinatura: 22/11/2019
 Vigência: 22/11/2019 a 22/11/2020
 Pregão Eletrônico SRP nº 62/2019/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0669, 0669003264, 0669006841, 0669006842, 0669006962, 0149006653, 0349006653, 0149001885 e 0349001885; Elemento de Despesa: 339030;
 Contratado: SOARES VIEIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
 CNPJ/MF sob o nº 97.532.879/0001-54
 Endereço: Rua Amaury de Medeiros, 174, Santo Antônio, Garanhuns/PE, CEP: 55.293-049
 Telefone: 8730252285
 Ordenador: Walda Cleoma Lopes Valente dos Santos
 Presidente da FSCMP em Exercício

Protocolo: 515472**CONTRATO: 004/2020**

Exercício: 2020
 Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar - Laboratorial.
 Valor: R\$ 19.600,00
 Data de Assinatura: 09/01/2020
 Vigência: 09/01/2020 a 09/01/2021
 Pregão Eletrônico SRP nº 56/2019/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0669, 0669003264, 0669006841, 0669006842 e 0669006962; Elemento de Despesa: 339030;
 Contratado: PROF-LAP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
 CNPJ/MF sob o nº 05.130.511/0001-41
 Endereço: Rua Basson, nº 243, Apeadouro, São Luís/MA, CEP: 65.031-620
 Telefone: 9832752661
 Ordenador: Walda Cleoma Lopes Valente dos Santos
 Presidente da FSCMP em Exercício

Protocolo: 515318**CONTRATO: 001/2020**

Exercício: 2020
 Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.
 Valor: R\$ 15.120,00
 Data de Assinatura: 09/01/2020
 Vigência: 09/01/2020 a 09/01/2021
 Pregão Eletrônico SRP nº 56/2019/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0669, 0669003264, 0669006841, 0669006842 e 0669006962; Elemento de Despesa: 339030;
 Contratado: OBJETIVA - PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATÓRIOS LTDA - EPP
 CNPJ/MF sob o nº 05.895.525/0001-56
 Endereço: Rua Presidente Rodrigues Alves, 66, Qd. 16, Lt. 22, Setor Jardim Presidente, Goiânia, Goiás/GO, CEP: 74.353-400
 Telefone: 6230914345
 Ordenador: Walda Cleoma Lopes Valente dos Santos
 Presidente da FSCMP em Exercício

Protocolo: 515308**CONTRATO: 017/2020**

Exercício: 2020
 Objeto: Contratação de Empresa para Serviços de Portaria/Recepção.
 Valor Global: R\$ 305.882,40
 Valor Mensal: R\$ 50.980,40